



003  
A

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0297875-6**

**Embargante:** FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Paulo Sergio Cavalcanti Araujo

**Embargados:** Severina Lino Cândido e OUTROS

**Advogado:** Adson Tenório Guedes

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO.

1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04.
2. O reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88).
3. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados.
4. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos, mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas, regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.
5. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria.



204  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

6. Inexistência, pois, das alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa.

7. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0297875-6, acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 02/05/2013, por unanimidade, em lhes acolher tão somente para fins de prequestionamento, todavia, negar-lhes provimento nos termos do relatório, votos, ementa e notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 02/05/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães.**  
**Relator**



205  
10

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0297875-6**

**Embargante:** FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Paulo Sergio Cavalcanti Araujo

**Embargados:** Severina Lino Cândido e OUTROS

**Advogado:** Adson Tenório Guedes

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos contra o acórdão que, por unanimidade de votos, negou provimento ao Recurso de Agravo inserto às fls. 148/154, mantendo inalterada a decisão terminativa proferida em relação ao Agravo de Instrumento de fls. 139/141, a qual foi dado provimento para condenar o Estado de Pernambuco a consignar na pensão da autora, ora embargada, o valor correspondente à Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo.

Alegam os embargantes, em síntese, que o acórdão embargado afigura-se omissivo, vez que ao desconsiderar o artigo 14 da Lei Complementar 059/2004, produziu decisão *contra legem*, violando o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 do STF – a qual preceitua a impossibilidade de se afastar dispositivo de lei estadual sem a sua declaração de inconstitucionalidade pelo Plenário e, via de consequência, o art. 97 da Constituição Federal.

Aduzem, ainda, que o acórdão impugnado não teria se manifestado expressamente acerca da violação ao disposto no art. 37, X/CF, o qual estabelece que a concessão de aumento de remuneração a servidores públicos/pensionistas exige lei específica, sob pena de afronta ao princípio da legalidade estrita e artigo 40, §§ 7º e 8º, ou seja, em apreciar se a referida norma constitucional autorizaria a extensão da vantagem da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo aos pensionistas, ora embargados.

É o relatório.

Recife, 02 / 05 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



206  
10

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0297875-6**

**Embargante:** FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

**Procurador:** Paulo Sergio Cavalcanti Araujo

**Embargados:** Severina Lino Cândido e OUTROS

**Advogado:** Adson Tenório Guedes

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

De fato, a controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a Gratificação de Risco de Policiamento de Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 059/2004.

Observa-se também que o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*) regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência Pacífica do STF.

Assim, o reconhecimento do caráter geral da Gratificação de Policiamento Ostensivo é suficiente por si só para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da Lei Complementar nº 059/2004, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário previsto no art. 97, da Constituição Federal.

Por outro lado, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo foi criada pela Lei nº 59/04, em seu art. 8º, devendo ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvessem as atividades previstas no art. 2º, da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.



207  
10

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14, da Lei Complementar 59/2004, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados.

Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos, mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas, regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

Inexistem, pois, as alegadas omissões, sendo certo que a vida aclaratória não se presta ao reexame da causa. Nessa perspectiva, percebe-se que o acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria.

Nesse contexto, tenho por inexistentes as omissões apontadas nos presentes embargos, razão pela qual deles conheço para fins de prequestionamento, porém, nego-lhe provimento.

É como voto.

Recife, 07/05/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**